

APOIO A FORMAÇÃO CONTINUADA DO TERAPEUTA: EM BUSCA DE UMA COMUNIDADE VIRTUAL TERAPÊUTICA

ABRIL/2005

217-TC-F5

Raul de Freitas Buchi

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

rbuchi@terra.com.br

Dilmeire Vosgerau

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

dilmeire.vosgerau@pucpr.br

Flávio Bortolozzi

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

fborto@ppgia.pucpr.br

Pesquisa e Avaliação

Educação Continuada em Geral

Descrição de Projeto em Andamento

Resumo

Neste artigo apresentamos o estudo sobre as comunidades de prática que nos motivou a sugerir a criação de uma comunidade virtual terapêutica como instrumento de apoio e formação continuada dos participantes do processo de terapia do dependente químico. Neste estudo procuramos avaliar se as proposições de Wenger, sobre as comunidades de prática, condizem com as necessidades impostas pela comunidade terapêutica, para que possamos dar continuidade a nossa pesquisa, na busca dos parâmetros para a criação de um modelo virtual de comunidade terapêutica.

Palavras-chave: Comunidades de prática, Comunidades Terapêuticas, Comunidade Virtual, Dependência Química

1. Introdução

As comunidades terapêuticas que tratam pacientes dependentes de álcool e de outras drogas são, em geral, sustentadas por fundações ligadas a grupos religiosos ou movimentos comunitários. Quase sempre registradas como entidades sem fins lucrativos, vivem em sua maior parte, de doações recebidas através de sua fundação mantenedora. E, todas têm, ou deveriam ter o mesmo objetivo em comum, ajudar pessoas que precisam parar de usar drogas, ou seja, elas têm um objetivo compartilhado.

Este não é um desafio simples, é preciso mais do que um simples treinamento ou uma capacitação técnica, para poder ajudar pacientes com este tipo de problema. É preciso ter a experiência vivida do que é ser alguém que busca esta superação, seja através de um processo de recuperação ou da participação em grupos de auto-ajuda. Os Alcoólicos Anônimos (AA) vêem o processo de tratamento da seguinte forma: “Em primeiro lugar, Alcoólicos Anônimos narram suas horríveis experiências a homens acamados. Essas histórias, adicionadas a outras coisas referentes à bebida, conjugam-se para convencer o alcoólico de que está falando com um irmão de sangue” (AAWS, 2001, p. 272). Ou seja, é preciso ser reconhecido como alguém que passou pelo problema, ou que consegue colocar-se como igual, mesmo não tendo caído em desgraça. É preciso fazer parte do grupo, ser identificado como tal.

“A partir daí, surge uma ponte de confiança sobre o abismo que havia desconcertado médicos, pastores, padres, parentes desventurados. Sobre esta base, os AAs fornecem pouco a pouco detalhes de um programa de vida que havia funcionado para eles e que acreditavam poderia funcionar para qualquer outro alcoólico” (AAWS, 2001, p. 272).

Na busca de um modelo que pudesse oferecer suporte a este processo cooperativo de educação para recuperação, visando à interação de profissionais ligados as comunidades terapêuticas de tratamento de dependência química, deparamo-nos com a definição de Comunidades de Prática proposta por Wenger:

...as comunidades de prática são formadas por pessoas engajadas num processo de aprendizagem coletiva num domínio compartilhado do desafio humano ... Comunidades de prática são um grupo de pessoas que dividem uma preocupação em comum ou a paixão por alguma coisa que fazem e aprendem a como fazer melhor na medida em que interagem entre si com regularidade (WENGER, 2005, p. 1).

E, é sobre a possibilidade de criação de uma comunidade de prática on-line que daria suporte a troca de experiências entre profissionais das comunidades que tratamos neste artigo.

2. Problematização

Na década de cinquenta um grupo de alcoólicos juntou-se com o propósito de dividir o mesmo teto. Morarem juntos. A intenção era, além de manter a abstinência, viver de forma a integrar a filosofia de Alcoólicos Anônimos a suas filosofias de vida. Eram alcoólicos cuidando de alcoólicos.

A experiência de iguais cuidando de iguais, iniciada em Santa Mônica, Califórnia, difundiu-se nos Unidos e também na Europa. Em meados da década

de oitenta, na Itália, iniciou-se um programa de formação para educadores de Comunidades Terapêuticas. Era preciso que profissionais fossem preparados para aprender a mudar seu ponto de vista em relação aos pacientes. Não mais, tendo um olhar verticalizado (hierárquico), e sim horizontal (igual, olho no olho) com o paciente.

Além da iniciativa tomada pelos grupos de alcoólicos que procuravam uma solução não psiquiátrica. Ou seja, que fugisse ao modelo asilar – hospitalar - da época. Profissionais da área da saúde, de diversos lugares dos Estados Unidos também pesquisavam métodos e modelos que pudessem dar solução ao problema.

Entre os anos de 1940 e 1950 três centros de pesquisa e tratamento do estado americano de Minnesota, estavam incorporando a programação filosófica, recém criada (1939), de Alcoólicos Anônimos, Hazelden Foundation, Pioneer House e Wilmar State Hospital.

Além de o modelo emergir com um corpo clínico multidisciplinar, sugeria a criação de um ambiente de tratamento que fosse centrado num ambiente de aprendizagem social. Combinando assim, o acompanhamento multidisciplinar com grupos de terapia, que baseados no modelo desenvolvido por A.A., deveria promover e sustentar a transmissão da filosofia proposta pelo grupo.

O primeiro formato do Modelo Minnesota ficou conhecido como Wilmar's Model, durante os anos de 1952 a 1955, depois passou a ser reconhecido como Hazelden Model. Foi aí que cristalizou sua relação com Alcoólicos Anônimos, já que seu coordenador, Patrick Butler, era um alcoólico recuperado por A.A.

Trabalhando há cinco anos em comunidades terapêuticas e vivenciando a relação cooperativa multidirecional de tratamento (entre terapeutas e pacientes, entre pacientes e pacientes) utilizando o modelo Minnesota, surgiram a seguinte pergunta: como os meios tecnológicos de educação podem auxiliar ou melhorar a qualidade do tratamento de pacientes residentes em comunidades terapêuticas?

O trabalho desenvolvido por esta comunidade segue o modelo Minnesota. Pela proposta do modelo, ou seja, a troca de experiências, o processo de tratamento implica em um trabalho cooperativo, tanto no que rege a manutenção da estrutura física da comunidade, quanto no apoio aos grupos terapêuticos. Os grupos de AA dentro da comunidade, onde a troca de narrativas a respeito das histórias de vida (período em que o alcoólico se encontra fazendo uso da substância da qual é dependente e a absorção de um programa de recuperação, são coordenados pelos próprios pacientes). Partindo dos mais antigos na casa, a iniciativa da coordenação e isso sendo passado na forma de tradição para os novatos.

Muitas comunidades que são estruturadas nesse modelo têm em seus profissionais e diretores, pessoas que, por decorrência de suas histórias de vida, acabaram passando por comunidades para tratamento. Não necessariamente tendo como profissão acadêmica uma formação na área de saúde, esses profissionais formam-se literalmente na escola da vida.

A questão deste artigo é como venceremos distâncias físicas que separam esses profissionais da troca de experiências com outros profissionais? As comunidades terapêuticas encontram-se, em sua maior parte, próximas a centros urbanos de grande concentração populacional. Mas, ainda assim, em

áreas rurais, periféricas, por tanto, afastadas umas das outras e dos centros das grandes cidades, em geral em suas regiões metropolitanas.

Visando uma aproximação das experiências dos diversos centros, nos propusemos investigar como o modelo de comunidades de prática virtuais poderia contribuir para esta troca e qual o uso seria feito, por estes profissionais, de uma rede de apoio baseada na Web que oferecesse a possibilidade de troca com outros profissionais?

3. Reflexões Teóricas

Para possibilitar um maior conhecimento sobre os diferentes aspectos que envolveriam a criação e gestão de uma comunidade terapêutica virtual, analisamos em um primeiro momento, os requisitos e propostas de uma comunidade terapêutica, segundo o modelo Minnesota. Como sugerimos oferecer ferramentas para o estabelecimento de uma comunidade de prática, analisamos os pressupostos deste tipo de comunidade, seguido da análise das características de uma comunidade virtual, para finalizarmos com uma discussão da interseção existente entre estes três tipos de comunidade.

3.1. Comunidades Terapêuticas: O Modelo Minnesota – aprendendo com a prática

O Modelo Minnesota é um modelo de tratamento para dependência do álcool e de outras drogas. Baseia-se em três objetivos-chaves: O crescimento da consciência espiritual, reconhecimento da responsabilidade sobre as escolhas pessoais e a aceitação da importância dos relacionamentos pessoais.

Além disso, o tratamento consiste em um programa de internamento na comunidade de quatro a seis semanas e um longo período de acompanhamento através de grupos de A.A. (Alcoólicos Anônimos) e N.A. (Narcóticos Anônimos).

O aspecto residencial do programa é sustentado por uma equipe multidisciplinar de profissionais da área social e da saúde. Muitos destes profissionais são, em geral, eles próprios alcoólicos ou narcóticos anônimos. Trazendo em sua história de vida o envolvimento com os problemas causados direta ou indiretamente pela dependência de drogas.

O programa residencial tem como meta a criação de um ambiente terapêutico que conduza a mudança e, para isso, utiliza-se de algumas ferramentas: terapia de grupo; aconselhamento individual; instruções didáticas e leituras dirigidas sobre a filosofia proposta pelo grupo de A.A.; instruções didáticas e leituras dirigidas sobre a natureza da adicção; instruções didáticas e leituras dirigidas sobre o processo de recuperação; programa de suporte e orientação familiar; introdução e reintrodução de ambos, familiares e clientes, aos seus respectivos grupos de auto-ajuda.

3.2. As comunidades de prática: O modelo de Wenger

Ao longo da adaptação do homem ao trabalho, o processo de troca de experiências surgiu como mediador dos conhecimentos relacionados aos processos operacionais e das regras de inter-relação humana. Cada linha de produção, cada trabalho, cada grupo social precisou desenvolver técnicas e equipamentos para aprimorar e aumentar sua capacidade produtiva, desenvolvendo assim, rotinas de trabalho que se transpunham através do dia-a-dia. Além disso, os seres humanos que, neste ambiente interagem,

precisavam seguir regras de comportamento e de respeito a hierarquias (de poder, de persuasão, de liderança e de experiência) e, estas peculiaridades da cultura deste ambiente de trabalho também se propagavam através do dia-a-dia. Esse conhecimento era passado dos mais experientes para os novatos através de narrativas, olhares, indicações, expressões que transportavam sentimentos e vivências.

Estas comunidades que trocavam experiências para alcançar objetivos comuns, não se restringiram só a ambientes de trabalho, e também não ficaram restritas ao passado. O processo de troca de experiências está presente nos dias de hoje, e é à base de boa parte das transmissões de conhecimento feitas informalmente.

Nos meios acadêmicos, o conhecimento é transmitido formalmente e os objetivos, daqueles que tem interesses comuns, se confundem com o próprio processo de aquisição do conhecimento, e esta aquisição, em geral é o próprio objetivo. A oferta do conhecimento é organizada pela instituição ou pelos que se dispõe a transmiti-lo.

Nas comunidades não acadêmicas, a aquisição do conhecimento não é o objetivo primordial, mas sim, o “o que fazer” com este conhecimento. Esta troca do conhecimento está relacionada a um fazer prático, a uma aquisição de habilidades intelectuais ou motoras para que se aperfeiçoe ou se adquira a possibilidade de um fazer ou fazer mais e/ou melhor.

Este tipo de comunidade voltada para a prática, composta por um grupo de pessoas com interesses comuns, dispostos a se engajar em um processo de construção de um conhecimento que cria vínculos entre eles é definida por Wenger (1991), como uma Comunidade de Prática.

As pessoas que constituem este grupo estão ligadas através de objetivos comuns em que estão engajadas. Usam um mesmo meio de comunicação para realizar este compartilhamento e olhando para as perspectivas de retorno que este compartilhamento pode trazer.

Por si só, estes fatores já diferenciam as comunidades de prática de outras comunidades quaisquer. Mas, além disso, as comunidades de prática podem existir em duas formas: auto-organizadas ou patrocinadas.

A primeira diz respeito às comunidades de prática que surgem espontaneamente e se sustentam pela força de seus próprios membros. As idéias, ações, lições e contribuições surgem do próprio grupo e fomentam a melhora da prática. Por terem um caráter voluntário, por serem auto-organizadas e por sua “natureza informal”, este modelo é muito frágil apesar de ser extremamente resiliente, ou seja, facilmente adaptável. Também é uma de suas características a dinâmica auto gerida de distribuição e informação dos resultados obtidos. (WENGER, 2001)

A segunda forma, a patrocinada, é iniciada, caracterizada e suportada por um sistema gerencial. São comunidades de prática que respondem a uma expectativa de resultados mensuráveis em benefício de um grupo. Elas apresentam maior necessidade de recursos e tem aspectos de formalidades e responsabilidades. Mas, dentro de empresas, elas acabam sendo mais autônomas (auto-organizadas do ponto de vista da gerência e distribuição do conhecimento) e mais agressivas do que os típicos grupos de desenvolvimento.

Talvez, grupos que tenham estas características possam ser denominados como comunidades. Mas não como comunidades de prática.

Wenger (2001) sugere que as comunidades de prática são sistemas de aprendizagem informal auto organizado, ou seja, que surge por si só, através da demanda de seus próprios componentes e, se desfaz por si só, quando o interesse é, de alguma maneira, superado. Para Wenger, as comunidades de prática se diferem de outras comunidades por três razões: o domínio, a comunidade e a prática.

1. O domínio: As pessoas envolvidas numa determinada comunidade de prática, tem foco no domínio de um interesse comum, compartilham de um mesmo interesse. Diferenciando-se, assim, de outras pessoas que não fazem parte do grupo. Mas, mesmo dentro do grupo, existem níveis diferentes de conhecimento, diferenciando níveis hierárquicos intragrupo;
2. Comunidade: Os componentes do grupo aprendem e interagem juntos, construído um conhecimento comum, engajando em atividades e discussões aonde se ajudam e ensinam mutuamente. Nesta interação, não só o conhecimento é construído, mas acontece, também, o reforço de cumplicidade entre os indivíduos;
3. Esta interação constrói um repertório de estórias e narrativas que formam a base de conhecimento deste grupo. Este repertório tem a função de ensinar aos componentes novos do grupo e abrir portas para soluções inovadoras de problemas que possam surgir.

“É combinação destes três elementos que constitui a comunidade de prática. E é através do desenvolvimento destes três elementos em paralelo é que se cultiva a comunidade” (WENGER, 2001, p. 2). Portanto, nem toda comunidade de conhecimento é uma comunidade de prática.

Uma forma simples de identificar se a comunidade de interesse é ou não uma comunidade de prática, é procurar uma variedade de atividades e ações que desenvolvem a comunidade de prática. Estas atividades estariam ligadas a solução de problemas, requisição de informações, busca de experiências, reutilização de projetos, coordenação e sinergia, desenvolvimento de discussões, documentação de projetos, visitas e mapeamento do conhecimento e identificação de lacunas.

Na verdade, com uma caracterização mais clara de comunidade de prática, acabamos por reconhecer que participamos de comunidades de prática o tempo todo. Seguindo esta definição dada por Wenger, constatamos que participamos de comunidades de prática em casa, no trabalho, no clube, etc. Além disso, as comunidades de prática das quais fazemos parte mudam ao longo do tempo, pois surgem com uma finalidade prática que, no decorrer de sua existência se concretiza e determina o fim da comunidade, que se extingue naturalmente.

Gray (2004, p.23) complementa afirmando que “esta moldura teórica propõe que, são nessas comunidades de prática que as pessoas aprendem o que é intrínseco em seus empregos, exploram os propósitos de seus trabalhos, constroem uma imagem da organização e desenvolvem um senso do como é ser profissional”.

Portanto, mais do que construir um conhecimento, muitas vezes, a comunidade de prática tem a função de adaptar o indivíduo ao grupo do qual se propõem a fazer parte. Fazendo-o, através do compartilhamento de experiências entre os co-participes do grupo. Assim, também se evidenciam

aqueles que são parte do grupo e aqueles que não. E, caso sejam parte, qual sua posição hierárquica dentro desta comunidade, qual seu papel.

Então, podemos entender as comunidades de prática com um espaço de compartilhamento de idéias, objetivos e de construção de conhecimento coletivo baseado na prática e na experiência. Este conhecimento voltado para aplicação em situações da realidade comum aos cooperadores. Mas isso de uma forma muito peculiar, surgindo de forma natural e auto organizada a partir dos próprios interessados na rede cooperativa, ou seja, seus participantes, e com propósitos de melhoria, aperfeiçoamento e crescimento do conhecimento.

3.3. Comunidades de Prática Virtuais

Segundo Wenger (2001, p. 3) a definição e a descrição das comunidades de prática tiveram uma grande aplicação nos negócios, empresas, educação, entre outras áreas da “vida civil”.

Nos últimos anos, as empresas têm se preocupado cada vez mais com a gerência do conhecimento dentro da empresa. Não só com o conhecimento técnico, mas com o conhecimento de informações estratégicas de mercado e internos, da própria empresa. Neste sentido, e por sua complexidade e dinâmica com o gerenciamento do conhecimento, as comunidades de prática foram reconhecidas como uma potente ferramenta para trabalhar com o conhecimento tácito dentro das empresas. Wenger (2001) descreve algumas destas qualidades:

1. Diferentemente dos processos de treinamento ou dos programas de recursos humanos, as comunidade de prática já estão naturalmente criadas e auto-organizadas dentro da empresa. As pessoas já pertencem a times dentro da empresa;
2. As comunidades de prática gerenciam os conhecimentos mais informais e tácitos tão bem quanto gerenciam os conhecimentos formais e explícitos;
3. Elas aproximam e criam conexões entre o saber e o fazer, aproximando a teoria da prática;
4. Nas condições do mundo atual, dissociado e corrompido, de alta competitividade e concorrência, as comunidades de prática tendem a aproximar e criar cumplicidade entre as pessoas.

Já, no campo educacional, esta aproximação se dá de forma mais lenta, já que as instituições de ensino se interessam particularmente a aquisição e transferência de conhecimento. Ainda assim, algumas experiências começam a ser publicadas neste sentido.

Wenger (2001) diz que as comunidades de prática podem aproximar a vida acadêmica e vida profissional do dia-a-dia e, levanta três dimensões das comunidades de prática que poderiam fazer a ponte desta aproximação: Internamente, externamente e ao longo da vida estudantil: internamente, o aprendizado escolar; externamente, associando a experiência dos alunos a realidade prática; ao longo da vida, mantendo a rede para vincular aprendizagem estudantil com formação profissional.

Na verdade, Wenger acaba propondo as comunidades de prática como uma forma de responder a alguns dos grandes dilemas da educação no presente momento. Como aproximar os alunos da prática? Como aproximar a escola da comunidade e da realidade social local? E, como dar suporte a um

processo de formação profissional que, nos dias de hoje, acaba se tornando vitalício?

Porém, Berntsen, Munkvold e Østerlie (2004) associam as comunidades de prática não só a comunidade de alunos. Quando os autores dizem que a troca de histórias e narrativas sobre a experiência técnica (adquirida em livros e cursos) e a pessoal (adquirida na vivência da profissão), é uma forma de troca, não só do conhecimento explícito, mas também do conhecimento implícito e tácito. Abrem espaço para trazer esta discussão para o campo da didática. Pois, estas histórias são compostas a partir de vivências coletivas, grupais e compartilhadas sobre suas realidades.

As construções de historietas que preenchem os espaços de transmissão de saber transpõem o processo de aprendizagem e transmissão informal do conhecimento. Levam esse compartilhamento para “uma construção coletiva do conhecimento” (ibidem, p. 6), que se mantém informal e autogerenciado, mas que, dentro do interesse coletivo, encontra os caminhos de melhor didática para cada grupo. Encaixando-se na realidade da comunidade.

“A prática pode ser vista como uma dualidade de participação e reificação em que ambos são requeridos e habilitam-se mutuamente” (ibidem, p. 5), ou seja, da prática para a didática (transmissão) e vice-versa. Eles reforçam a associação das comunidades de prática com a aprendizagem colaborativa quando citam Wenger (1998), “... o que eu chamo de teoria da aprendizagem social, que se aproxima de desenvolver uma teoria de ordem social como aprendizagem de base” (Wenger apud BERNTSEN, MUNKVOLD E ØSTERLIE, 2004, p. 5), ou seja, uma troca de conhecimento que se forma a partir das necessidades práticas de cada grupo social, criando uma base de aprendizagem característica ao grupo.

MacMurray (2003, p. 131) reforça o potencial colaborativo das comunidades de prática, dizendo que: “a efetividade e a maneira como algumas atividades de aprendizagem on-line têm incentivado a interatividade e a cooperação assimila-se muito as comunidades de prática”. Mais do que isso, para MacMurray as comunidade de prática “tem suas raízes epistemológicas no construtivismo, que assume a construção e origem do significado a partir das atividades de campo do grupo de aprendizes” (ibidem, p. 32).

Ele conclui que o sucesso na construção da aprendizagem on-line se dá na construção de objetivos e desejos comuns em relação ao aprendizado, formando-se, por tanto, uma comunidade de prática. E mais, esta comunidade de prática dará a “infra-estrutura humana necessária para manter a unidade entre a criação do conhecimento e a ferramenta tecnológica que da base ao processo” (ibidem, p. 135).

Gray (2004) diz que, apesar da definição de comunidades de prática, em sua origem, referir-se a comunidade presenciais como: grupos de Alcoólicos Anônimos, marinheiros embarcados, parteiras Maias mexicanas. Hoje, esta definição tem se estendido às comunidades sustentadas por plataformas tecnológicas. E que, isso amplia as dimensões geográficas que uma comunidade de prática pode alcançar.

Em sua estruturação atual, as comunidades de prática têm sido estudadas de forma a associar a participação de um profissional para facilitar e realçar a criação do conhecimento informal (GRAY, 2003). Principalmente em modalidades on-line, o profissional pode estimular a interação dos co-

participes, potencializando a troca de experiências e histórias e, nas soluções conjuntas de problemas, a fim de, facilitar à adaptação de novos membros a cultura da comunidade.

3.4. Intersecção entre a comunidade de prática e a comunidade terapêutica

A análise dos três modelos de comunidades, a terapêutica, a de prática e a virtual, nos permitiu identificar uma complementação entre elas. Pontos de intersecção que podem sustentar a trama da rede a que estamos nos propondo construir.

Ao começarmos a analisar os textos de Wenger, vemos a descrição do grupo de Alcoólicos Anônimos como um exemplo de comunidades de prática. Mas numa análise mais profunda, percebemos que, não só é uma comunidade de prática, mas, também, é auto-organizado.

Com seu caráter voluntário e auto-organizado, tendo em sua informalidade, objetivos comuns aos participantes, A.A. sustenta sua força e sucesso, que já duram quarenta anos, só no estado do Paraná, no comprometimento de seus companheiros.

A comunidade de A.A. não recebe patrocínio, mas é sustentada pela doação de seus participantes. Também são eles que, através da narração das histórias de suas vidas, quem constroem o conhecimento transmitido dentro dos grupos.

Também é característica de A.A. a resiliência. Já que A.A. se espalhou por cinquenta países e fundou grupos em diversas etnias e religiões. (AAWS, 2001).

Em relação à distribuição e domínio de um conhecimento comum, A.A. também se enquadra como uma comunidade de prática, já que as reuniões de A.A. acontecem em torno da recuperação e da filosofia do grupo de A.A. e, o conhecimento é aberto a todos que queiram participar do grupo”.

Ao continuarmos com este processo de análise, percebemos que, a proposta de tratamento oferecida pelo Modelo Minnesota, é idêntico ao proposto pelo A.A. Tendo como diferença básica, a iniciação e suporte, que são feitos pela comunidade terapêutica e não pelo próprio grupo. Neste caso, o Modelo Minnesota parece ser uma comunidade de prática patrocinada, e não, auto-organizada como A.A.

4. Considerações Finais

O estudo desses diferentes tipos de comunidades, levou-nos a refletir sobre a importância da utilização dos recursos tecnológicos para operacionalizar o processo de recuperação do paciente. E mais, a intersecção entre estes modelos de comunidades sustenta a importância do uso da troca e da colaboração, através da construção de um repertório comum de narrativas, na construção do conhecimento.

Para a execução deste projeto pretendemos criar um ambiente multidisciplinar, que terá sua origem nas necessidades dos diversos envolvidos no processo de recuperação do paciente.

Por exemplo para psicólogos, médicos e agentes de saúde em dependência química, um banco de dados de protocolos e pesquisas que facilitem a busca de informação, acerca do problema e de maneiras para resolve-los.

Para os terapeutas ocupacionais, ferramentas de trabalho que instiguem a sua busca por informações através dos meios tecnológicos. E que, ainda sirvam como ferramenta de trabalho, podendo ser usada por pacientes residentes como terapia ocupacional e reabilitação social, dentro da comunidade no processo de recuperação dos mesmos.

Para os gestores das comunidades, informações técnicas, administrativas e legislativas a cerca das comunidades terapêuticas. Trazendo publicações científicas atuais para a capacitação de seu corpo clínico e de seus pacientes.

Para os adictos em processo de recuperação, a possibilidade de aprofundar os seus conhecimentos sobre seu problema e como manter-se em abstinência, e sustentar a reconstrução de seu projeto de vida.

Para ambos os grupos, a possibilidade de trocar histórias e vivências sobre o problema, através de uma rede de discussão que englobaria cada grupo, mas ao mesmo tempo permitiria a troca de conhecimentos entre os grupos. Fazendo o conhecimento ser construído em colaboração multidisciplinar e entre pacientes e profissionais.

Através de narrativas, questionamentos, pesquisas e da palavra escrita, abrir a possibilidade de uma humanização cada vez maior no processo de recuperação de pacientes afligidos pela dependência química.

5. Referências bibliográficas

Goodman, Sid; Levy, Stephen Jay. **“The biopsychosocial model revisited: a psychodynamic view of addiction”**. Renaissance Institute of Palm Beach, Palm Beach. <http://www.renaissanceinstitute.net/works/html.htm>, visitada em 28/04/2005.

AAWS - Alcoholics Anonymous World Services. **“Os Doze Passos e as Doze Tradições”**. JUNAAB, sexta edição, São Paulo, 2001.

WENGER, Etienne. **“Toward a theory of cultural transparency: elements of a social discourse of the visible and the invisible”**. Etienne Wenger Institute for Research on Learning, Palo Alto, 1991. Dissertação pública.

WENGER, Etienne. **“Supporting communities of practice: a survey of community-oriented technologies”**. ETIENNE WENGER Research and consulting, March, 2001.

WENGER, Etienne. **“Communities of practice: a brief introduction”**. <http://www.ewenger.com/theory/index.htm>. Visitada em 26/04/2005

GRAY, Bette. **“Informal learning in an online community of practice”**. Journal of Distance Education. Spring/printemps. vol. 19, no 1, 20-35. 2004.

BERNTSEN, Kirsti; MUNKVOLD, Glenn and ØSTERLIE, Thomas. **“Community of Practice versus Practice of the Community: Knowing in collaborative work”**. *JCFAI Journal of Knowledge Management*, Vol. II, No. 4, pp. 7-20. 2004.

MACMURRAY, Donald. **“Promoting communities of practice online”**. Australian Journal of Business and Social Inquiry, volume 1, número 3. Setembro, 2003